



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Gabinete da Vereadora Cida Pedrosa

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 99/2022

Dispõe sobre a denominação de futuras pontes
construídas no município do Recife.

Art. 1º As futuras 3 (três) pontes construídas no município do Recife denominar-se-ão,
respectivamente:

- I - Ponte Vereadora Júlia Santiago;
- II - Ponte Deputada Adalgisa Cavalcanti; e
- III - Ponte Deputada Cristina Tavares;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 8 de março de 2022.

CIDA PEDROSA
VEREADORA DO RECIFE - PCdoB





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete da Vereadora Cida Pedrosa

JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo garantir que as futuras 3 (três) pontes construídas no município do Recife tenham suas denominações destinadas a homenagear mulheres pioneiras nos espaços de poder no legislativo. São elas: Júlia Santiago, Adalgisa Cavalcanti e Cristina Tavares.

Articulada e vanguardista, Júlia Santiago ajudou a fundar o Sindicato da Fiação e Tecelagem de Pernambuco. Também ingressou no Círculo Operário Católico do Recife e militou nas fileiras do Partido Comunista do Brasil, o qual, na época, se encontrava na clandestinidade. Em 1947, elegeu-se Vereadora do Recife pelo Partido Social Progressista, sendo a mais votada, apesar da campanha eleitoral ter sido realizada em apenas 15 dias.

A Homenageada defendeu tempos de serviço diferentes para a aposentadoria de homens e mulheres, já que as mulheres tinham, como ainda têm, dupla jornada de trabalho com os serviços domésticos. Por conta de suas posições políticas, Júlia foi presa várias vezes. Em 1971, no auge da ditadura militar no Brasil, ela e a sobrinha, Maurinete, ficaram seis meses sem receber salário em represália ao ativismo da ex-sindicalista, encarregada de arrecadar fundos para os companheiros comunistas que se encontravam na clandestinidade. Nesse período, foi levada, várias vezes, para interrogatórios no Quartel do Derby, mas nunca esmoreceu. Faleceu em 1989, aos 72 anos.¹

Por outro lado, segundo a pesquisadora Semira Adler, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti nasceu em Glicério, município de Canhotinho, no Estado de Pernambuco, no dia 28 de julho de 1907, filha de pequenos proprietários de terra. Adalgisa veio morar no Recife e casou-se bem jovem, aos quinze anos (em 1922), mas não teve filhos. Trabalhou como empregada doméstica, como vendedora e, também, como representante comercial.

Na década de 1930, Adalgisa teve os primeiros contatos com a literatura marxista disponível na época. Como só havia cursado os quatro primeiros anos do ensino fundamental, os textos eram de difícil compreensão. Porém, a respeito disso, ela foi auxiliada por um professor, que era seu amigo.

¹ "Julia Santiago: Comunista, ativista política e operária da luta - PCdoB." 8 nov.. 2017, <https://pcdob.org.br/noticias/julia-santiago-comunista-ativista-politica-e-operaria-da-luta/>. Acessado em 8 mar.. 2022.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete da Vereadora Cida Pedrosa

A Homenageada apoiou o Movimento da Aliança Liberal, que se sobressaía através do carismático capitão Luís Carlos Prestes. Em 1934, após ter tirado seu título de eleitora, iniciou sua militância partidária filiando-se ao "Socorro Vermelho", um segmento do Partido Comunista do Brasil (PCB), que tinha como objetivo dar assistência moral, material e jurídica aos presos políticos.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, candidatou-se à Assembleia Legislativa do Estado, tendo sido eleita a primeira mulher Deputada Estadual de Pernambuco. Foi, ainda, a quinta mais votada pelo seu Partido. Teve 2.298 votos, a maioria da classe operária, superando, assim, vários candidatos de outros partidos influentes. Depois de eleita, assumiu a Presidência da Comissão de Leis, na Assembleia. Um dos seus projetos, visando atender à população feminina, propunha a concessão de um abono família, por parte do Estado, às mães que exerciam algum cargo público. Tal benefício, até então, era extensivo, apenas, aos homens.

Em 1947, porém, Adalgisa teve a carreira política interrompida: o registro do PCB foi cassado pelo Supremo Tribunal Federal. Em 14 de janeiro de 1948, os senadores, deputados e vereadores eleitos pelo PCB perderam seus mandatos, de modo que todos os membros do Partido foram cassados e obrigados a entrar na clandestinidade. Nos difíceis anos após a cassação, foi presa e humilhada, ao todo, vinte vezes, sempre por questões políticas. Quando a Ditadura Militar se instaurou no país, em 1964, Adalgisa foi julgada e condenada a um ano de prisão, fruto de um inquérito "nojento, mentiroso e fraudulento", segundo ela própria.

Adalgisa Rodrigues Cavalcanti faleceu no Recife, no dia 26 de abril de 1998, aos 90 anos. O pioneirismo dela é lembrado como símbolo pelas deputadas estaduais que compõem a bancada feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe). Em 2016, a então presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Simone Santana, criou a ação formativa Mulheres na Tribuna – Adalgisa Cavalcanti, em sua homenagem. Por meio da iniciativa, mulheres de todo o Estado participam de um dia de atividades no Legislativo Estadual, que incluem participação na sessão plenária, visita





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete da Vereadora Cida Pedrosa

guiada ao Palácio Joaquim Nabuco e ação formativa com reflexões sobre a participação feminina na política.²

Sob outra perspectiva, no perfil descrito por Semira Adler, Maria Cristina de Lima Tavares Correia nasceu no dia 10 de junho de 1934, em Garanhuns. Cristina Tavares trabalhou como professora e jornalista. Como jornalista, foi repórter do Diário de Pernambuco, do Jornal do Commercio, e da sucursal em Pernambuco da Folha de São Paulo, assim como dirigiu a sucursal pernambucana da revista Visão e colaborou com o semanário recifense Jornal da Cidade. Ela consagrou-se pelo engajamento com o jornalismo comprometido e pela participação política, de modo que seus vibrantes discursos destacaram-na frente a uma série de personalidades que fizeram resistência parlamentar contra o Golpe Militar de 1964 e que lutaram em defesa das questões sociais, contra a Ditadura e pela Anistia.

A trajetória partidária da jornalista teve início no antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no qual fazia parte do chamado Grupo Autêntico; e, na década de 1970, foi assessora de Ulysses Guimarães, então presidente daquele partido político. Na política partidária, destacou-se como séria interlocutora junto aos movimentos sociais, tendo conquistado três mandatos.

Em 1978, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conquistou o primeiro mandato como Deputada Federal (legislatura 1979-1983), com 22.519 votos. Em seguida, pelo mesmo partido, já transformado em Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ganhou mais dois mandatos consecutivos como Deputada Federal: em 1982 (legislatura 1983-1987), com 27.963 votos, e em 1986 (legislatura 1987-1991), com 40.613 votos. Naquele período, foi a única mulher a conseguir esse cargo. Passou a representar um ícone de bravura, coerência, inteligência e integridade. Em seu terceiro mandato, participou, inclusive, da Assembleia Nacional Constituinte.

Cristina Tavares nunca foi membro do Movimento Feminista, porém compreendeu o quão desumanas são as desigualdades de gênero. Desse modo, firmou inúmeros compromissos com o Movimento de Mulheres e legislou em defesa dos direitos civis, políticos e sociais da população feminina. Lutou junto à Câmara Federal pela emancipação

² "Adalgisa Rodrigues Cavalcanti."

http://www.caestamosnos.org/pesquisas_Semira/pesquisa_semira_adler_Adalgisa_Cavalcanti.htm.
Acessado em 8 mar.. 2022.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete da Vereadora Cida Pedrosa

política das mulheres; pelos direitos das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais; pela posse da terra; pela assistência integral à saúde da mulher; pela descriminalização do aborto; e contra as desigualdades de tratamento entre homens e mulheres.

É de sua autoria a Emenda Constitucional que reconheceu e consagrou o direito da mulher como cabeça do casal perante a Receita Federal, além de vários outros projetos que visam a combater a discriminação da população feminina no mercado de trabalho e as violências física, moral, jurídica e institucional vivenciadas por elas.

A ex-Deputada foi autora, ainda, do capítulo referente à Família, presente no Código Civil Brasileiro. Em 1983, no Recife, Cristina fundou o Centro de Estudos Políticos e Sociais Teotônio Vilela, um palco importante em que foram discutidos vários problemas da população brasileira; e, em 1988, foi uma das fundadoras do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em Pernambuco.

Durante toda a vida política, elaborou 139 (cento e trinta e nove) projetos, proferiu 334 (trezentos e trinta e quatro) discursos, participou de 2 (duas) Comissões Parlamentares, foi relatora de 2 (dois) simpósios, e presidiu 2 (duas) Comissões na Câmara dos Deputados. No tocante à Constituição Federal de 1986, apresentou 227 (duzentas e vinte e sete) emendas, dentre as quais 95 (noventa e cinco) foram aprovadas. Ela também publicou 8 (oito) livros, dentre eles “A Última Célula - Minha Luta Contra o Câncer”, pela Editora Paz e Terra.³

Cristina Tavares faleceu nos Estados Unidos, no dia 23 de fevereiro de 1992, aos 55 anos, vítima de um câncer. Em sua homenagem, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco instituiu, em 1993, o “Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo”, um dos mais relevantes eventos no ramo em todo o Norte e Nordeste do país. Através dele, têm sido premiados os melhores trabalhos nas categorias jornalismo impresso, telejornalismo e documentário para televisão, fotojornalismo, radiojornalismo e criação gráfica.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a aprovação deste Projeto de Lei Ordinária de grande relevância e alcance social.

³ "Cristina Tavares."

http://www.caestamosnos.org/pesquisas_Semira/pesquisa_semira_adler_Cristina_Tavares.htm.
Acessado em 8 mar.. 2022.

